

ESTÁDIO DE ATLETISMO CÉLIO DE BARROS E PARQUE AQUÁTICO JÚLIO DELAMARE: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO NO COMPLEXO DO MARACANÃ

ESTÁDIO DE ATLETISMO CÉLIO DE BARROS Y PARQUE AQUÁTICO JÚLIO DELAMARE: PROCESOS DE TERRITORIALIZACIÓN Y DESTERRORIZACIÓN EN EL COMPLEXO DO MARACANÃ.

 Erick Alan Moreira Ferreira ^A

 Nathan da Silva Nunes ^A

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 09/02/2022 | 09/08/2022 DOI: 10.12957/tamoios.2023.65256

Correspondência para: Erick Alan Moreira Ferreira (erickalan@hotmail.com)

Resumo

O estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare são dois dos diversos fixos esportivos que compõem o Complexo Esportivo do Maracanã (CEM), localizado na zona norte carioca. Tais equipamentos desempenharam por décadas importantes funções esportivas e sociais, atendendo atletas e a comunidade em geral. Entretanto, verifica-se nos últimos anos um processo de desterritorialização destes grupos em decorrência do projeto urbano desenvolvido pela cidade do Rio de Janeiro, este pautado em megaeventos esportivos. A partir deste contexto, o objetivo geral do artigo trata de analisar o CEM como uma territorialidade da cidade do Rio de Janeiro que transcende a esfera do futebol, buscando evidenciar a sua importância esportiva e social através do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare. Para tanto, a pesquisa está pautada em referencial teórico que trata da produção do espaço urbano a partir dos megaeventos, bem como em documentos de fontes primárias e secundárias. As informações coletadas indicam a ocorrência de um processo de territorialização do capital, a desterritorialização de práticas esportivas e sociais, e nos desafiam a pensar possibilidades para a reterritorialização no Célio de Barros e no Júlio Delamare.

Palavras-chave: Estádio de Atletismo Célio de Barros; Parque Aquático Júlio Delamare; Complexo Esportivo do Maracanã; Megaeventos; Produção urbana.

Resumen

El Estadio de Atletismo Célio de Barros y el Parque Acuático Júlio Delamare son dos de las diversas instalaciones deportivas que conforman el Complejo Esportivo do Maracanã (CEM), ubicado en la zona norte de Río de Janeiro. Dichos equipos desempeñaron importantes funciones deportivas y sociales durante décadas, al servicio de los deportistas y de la comunidad en general. Sin embargo, en los últimos años se ha producido un proceso de desterritorialización de estos grupos como resultado del proyecto urbanístico desarrollado por la ciudad de Río de Janeiro, éste basado en megaeventos deportivos. Desde este contexto, el objetivo general del artículo es analizar el CEM como una territorialidad de la ciudad de Río de Janeiro que trasciende el ámbito del fútbol, buscando resaltar su importancia deportiva y social a través del Estadio de Atletismo Célio de Barros y del Parque Acuático Júlio Delamare. Por tanto, la investigación se sustenta en un marco teórico que aborda la producción de espacio urbano a partir de megaeventos, así como documentos de fuentes primarias y secundarias. La información recopilada indica la ocurrencia de un proceso de territorialización del capital, la desterritorialización de las prácticas deportivas y sociales, y nos desafía a pensar en posibilidades de reterritorialización en Célio de Barros y Júlio Delamare.

Palabras clave: Estadio de Atletismo Célio de Barros; Parque Acuático Julio Delamare; Complejo Esportivo do Maracanã; Mega eventos; Producción urbana.





INTRODUÇÃO

O Complexo Esportivo do Maracanã - CEM, situado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro - RJ, além do estádio Mario Filho (inaugurado para a Copa do Mundo de 1950, ainda com nome de Estádio Municipal -figura 1-, conhecido popularmente nas últimas décadas como estádio Maracanã¹ e reconhecido como importante ícone do futebol mundial) abarca outros importantes fixos esportivos, como o Ginásio Poliesportivo Gilberto Cardoso, mais conhecido como Maracanzinho, inaugurado em 1954; o Estádio de Atletismo Célio de Barros, inaugurado em 1974; e o Parque Aquático Júlio Delamare, inaugurado em 1978.

Figura 1 – O Estádio Municipal na Copa do Mundo de 1950



Fonte: Jornal O Globo, 26 de junho de 1950.

Segundo Castro *et. al*, (2015), o Estádio de Atletismo Célio de Barros (figura 2) foi durante décadas a única pista de atletismo de qualidade acessível na cidade do Rio de Janeiro, servindo tanto ao esporte de alto rendimento - como centro de treinamento para atletas olímpicos - quanto para a comunidade em geral, incluindo, sobretudo, a população do seu entorno.

De acordo com Ferreira (2013), a relação estabelecida entre o Estádio Célio de Barros com a comunidade demonstrava a sua posição de centralidade popular/esportiva, em razão, principalmente, da oferta dos projetos de iniciação ao atletismo, de inserção social e tratamento de saúde pela via do esporte, além da apropriação do equipamento para a sua utilização em olimpíadas escolares, universitárias e comunitárias.

¹NOTAS

A partir daqui o termo “estádio Maracanã” será utilizado em referência ao nome oficial, denominado Estádio Mario Filho.



Figura 2 – Inauguração do Estádio de Atletismo Célio de Barros em destaque no jornal O Globo



Fonte: Jornal O Globo, 29 de outubro de 1974.

O Parque Aquático Júlio Delamare (figura 3), de maneira similar ao Célio de Barros, também desempenhou, durante décadas, importante função esportiva e social, servindo como espaço de treinamento e competição aquática para atletas de alto rendimento e local de aulas de natação e de hidroginástica para a comunidade em geral, além da oferta de projetos sociais direcionados especialmente para a população mais vulnerável situada no seu entorno (CASTRO *et. al.*, 2015).

Figura 3 – Inauguração do Parque Aquático Júlio Delamare

O Governo do Estado do Rio de Janeiro inaugura o maior Parque Aquático da América-Latina junto do maior Estádio do mundo.

Um presente de hoje para os Campeões de amanhã.

O Rio de Janeiro bate todos os recordes da América Latina, ao inaugurar o Parque Aquático Júlio Delamare. Uma área total de 30 mil metros quadrados. Duas piscinas olímpicas, sendo uma de natação e a outra de saltos ornamentais, além de uma piscina coberta para aquecimento. Todas construídas dentro dos melhores padrões técnicos internacionais, inclusive com o mais moderno sistema de aquecimento ambiental da água. Mais ainda sofisticados processos eletrônicos de cronometragem, placar eletrônico controlado por computadores e salas com os mais completos aparelhos de musculação. Vibeiras subaquáticas para filmagens de cinema e televisão. Iluminação elétrica das piscinas a multi vapores com 2 mil watts. E, afinal, tribunas e arquibancadas cobertas para 8 mil espectadores.

Parque Aquático Júlio Delamare. Muitos milhões de cruzeiros para as revelações de hoje baterem todos os recordes de amanhã. A propósito, as Olimpíadas vêm aí.

O homem é a nossa meta.

SUDERJ
Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro.

Governo Faria Lima/Secretaria de Governo

Fonte: Jornal O Globo, 15 de setembro de 1978.



Especialmente, o CEM está localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, muito próximo às favelas da Mangueira e Metrô-Mangueira² (figura 4), sendo que essa que vem sendo acometida por um processo de deslocamento urbano involuntário diante da territorialização imposta conjuntamente pelo capital e pelo poder público local que passaram a objetivar a desterritorialização de sua população. O processo de desterritorialização citado teve início a partir das discussões sobre o projeto urbano no qual a cidade do Rio de Janeiro deveria desenvolver, consonante com a lógica mercantilizadora dos megaeventos, especialmente a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 – em que a cidade foi a sede da grande final – e dos jogos Olímpicos de Verão Rio - 2016.

Figura 4 – Localização do CEM



Fonte: Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, da Universidade Federal Fluminense-NEPHU/UFF, 2018.

As favelas cariocas apesar de apresentarem singularidades e desafios próprios, também apresentam algumas dificuldades que são comuns a grande parte delas, como, por exemplo, precariedade e ausência de infraestrutura urbana (água, luz, saneamento) e carência de espaços educativos e culturais para a juventude. Marcadas nas últimas décadas pela forte presença do narcotráfico, somada à baixa escolaridade da população, apresentam um quadro de grande vulnerabilidade social, sobretudo da juventude (PINHEIRO, 2011).

Dessa forma, a oferta de projetos sociais tanto por parte do Estádio de Atletismo Célio de Barros quanto do Parque Aquático Júlio Delamare, através da garantia de acesso da parcela da população mais vulneráveis social e economicamente ao lazer e ao esporte, minimamente atendia a concepção de que um direito à cidade que deveria contemplar, de forma justa e multidisciplinar, facetas de diversos direitos fundamentais: não só a habitação, mas incluindo educação e cultura através da oferta dos projetos esportivos (SOUZA, 2014).

² Segundo Figueira e Costa (2018), o que ocorreu na Favela Metrô-Mangueira tinham dois objetivos principais: em um primeiro momento, reorganizar o espaço urbano através deslocamento de indivíduos, e depois *aprimorar* fisicamente a cidade a partir de políticas estéticas de revitalização.



Todavia, depois de décadas de trajetória de oferta de esporte, lazer, cultura e educação³, com forte implicação no campo social, o CEM se submeteu ao processo de territorialização imposto pela lógica do capital, inerente ao acontecimento dos megaeventos citados anteriormente.

O processo de territorialização do CME esteve em consonância com o plano de modernização e privatização do Estádio Maracanã. Os agentes hegemônicos do capital representados pela Federação Internacional do Futebol (FIFA) e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e seus parceiros (construtoras, empresas publicitárias etc) – cujas intervenções foram legitimadas pelo Estado – propuseram-se a demolir o Estádio de Atletismo e o Parque Aquático e, com isso, destruir os espaços que, ao longo de décadas, se constituíram em lugares simbólicos e repletos de significados para os seus diversos públicos.

As demolições e os deslocamentos que dão passagem à gentrificação ou disneyficação rompem os tecidos da vida urbana para dar lugar ao espalhafatoso e colossal, ao efêmero e passageiro. Espoliação e destruição, deslocamento e construção tornam-se veículos de uma acumulação de capital vigorosa e especulativa, à medida que a figura do financista e do rentista, do construtor, do proprietário de terra e do prefeito empreendedor sai das sobras e surge os holofotes da lógica da acumulação do capital (HARVEY, 2016, 255-256).

Destacam-se ainda os embates ocorridos em função da ocupação do prédio que abrigou o Museu do Índio e, anteriormente, a sede do Serviço de Proteção ao Índio, localizado no entorno dos equipamentos esportivos mencionados neste artigo, o que transforma esse fixo em espaço de grande interesse aos agentes vinculados à realização e promoção dos megaeventos esportivos sediados pelo Rio de Janeiro. Construído antes do ano de 1865 e ocupado desde 2006 por indígenas de variadas etnias, este prédio com alto valor cultural e histórico pertencia à União, mas foi vendido ao Governo do Estado, que passou a realizar sucessivas ameaças de remoção e demolição, o que fez com que dezenas de indígenas de mais de 10 etnias distintas reforçassem a ocupação e as reivindicações pela utilização do referido espaço enquanto local de valorização da cultura destes povos (DOSSIÊ..., 2014).

Dada a relevância esportiva e social do Estádio Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare para a cidade do Rio de Janeiro, e passados mais de seis anos da realização das Olimpíadas de 2016, algumas inquietações ainda perduram: a territorialização do capital imposta no CEM comprometeu a forma/função⁴ original do Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare? Atualmente, quais são os atuais tipos de usos desses fixos esportivos? Qual o comprometimento do poder público e da concessionária que assumiu a gestão do Maracanã com a manutenção e preservação tanto do Célio de Barros quanto do Júlio Delamare?

A partir das problematizações apresentadas acima este trabalho possui como objetivo principal analisar o CEM como uma territorialidade da cidade do Rio de Janeiro que

³ Apesar de oficialmente ser denominado como Complexo Esportivo do Maracanã, antes mesmo da construção do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare, no entorno do CEM já existia a Escola Municipal Friedenreich, construída em 1965.

⁴ Segundo Corrêa (1994), a *forma* refere-se ao aspecto visível, exterior de um objeto, enquanto a *função* se relaciona com as tarefas, atividades ou papel desempenhados pelo objeto. Assim se torna relevante elucidar as problematizações relacionadas Estádio Célio de Barros e ao Parque Aquático Júlio Delamare, pois, em consonância com o que diz Molina (2013), a realização de megaeventos internacionais também pode apresentar efeitos indesejáveis nas cidades-sede como a subutilização ou uso inapropriado das infraestruturas esportivas já existentes.



transcende a esfera do futebol, buscando evidenciar a sua importância esportiva e social através do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare. Especificamente busca-se analisar o processo de territorialização do capital e desterritorialização das práticas esportivas e sociais e, por fim, procura-se identificar novos usos e desusos que possibilitem a reterritorialização do CEM enquanto importante espaço social pertencente a cidade do Rio de Janeiro.

REVISÃO TEÓRICA

Megaeventos e a re(produção) capitalista do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro

De acordo com Maricato (2000), as grandes transformações em curso no contexto da globalização vêm incidindo transformações gerais no modelo de acumulação capitalista, com repercussões na produção e gestão das cidades em escala mundial. As cidades globais, *locus* das interações transnacionais nas dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas, vem assumindo os conceitos de produtividade e competitividade como os principais parâmetros orientadores da questão urbana. No cerne do modelo de cidade global, passa a prevalecer os interesses do capital e, assim, a política urbana passa a não ser mais concebida majoritariamente enquanto desafio histórico ao enfrentamento da injustiça social.

No caso brasileiro, a década de 1990 ilustra esse contexto quando marca a alteração do paradigma do planejamento urbano, com o início do que Pires (2010, p.2) compreende como a fase “representada pelo surgimento dos planos ou planejamentos estratégicos em oposição aos diretores”. Essas transformações relacionaram-se a um momento em que o planejamento urbano oriundo do Estado enfrentava um colapso, além de poder ser observada o endividamento do estado Brasileiro.

Neste contexto, suscitaram-se os chamados grandes projetos de desenvolvimento urbano como vetores privilegiados e estruturantes do desenvolvimento, através de operações emblemáticas, voltadas para a monumentalidade espetacular e para a projeção da imagem urbana. Os grandes projetos de desenvolvimento urbano, a seu modo, passaram a sintetizar as novas formas de fazer e refazer as cidades do capitalismo contemporâneo (MASCARENHAS, 2013).

Conforme Molina (2013), alinhado ao propósito de reestruturação e expansão do capital, recentemente, emergiram-se as ações de empreendedorismo urbano apoiadas nos megaeventos esportivos internacionais como parte das estratégias e como ferramenta do desenvolvimento urbano. Os megaeventos relacionam-se diretamente a reestrutura das cidades, uma vez que atuam na qualidade do espaço construído, dotando-o de infraestrutura, influenciando nos novos usos do espaço e o ressignificando. Trata-se, assim, da interferência privada internacional nos espaços que são socialmente produzidos e que representam a condição para a competitividade e meio para a reprodução ampliada do capital (RODRIGUES, 2013).

Embora os megaeventos sejam pontuais no espaço e no tempo, sua realização gera transformações que excedem, extrapolam e suplantam as barreiras espaciais e temporais. Os megaeventos impactam e promovem transformações espaciais que incidem antes, durante e após o acontecimento planejado e que alargam a sua amplitude no tempo (PAIVA, 2016, p.194).



A lógica de expansão do empreendedorismo urbano apoiada na organização e realização de megaeventos esportivos também se manifestou no processo de reprodução capitalista do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, via substituição do antigo modelo de planejamento urbano de caráter integrado, por um novo, que visou privilegiar determinadas áreas vistas como ideais para a concretização dos interesses relacionados ao capital e aos seus grupos hegemônicos (FERREIRA, 2013).

Ao tratar do caso carioca, Vainer (2016) identifica o ano de 1993 como momento simbólico em relação a esta nova concepção de cidade e de planejamento urbano, pois é elaborado o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, se instalando “em contraposição aos instrumentos de regulação da sociedade civil organizada, do Estado e do Plano Diretor elaborado pela Câmara Municipal” (PIRES, 2010, p.12).

O referido plano foi elaborado tendo como inspiração o modelo desenvolvido em Barcelona e contou em uma fase posterior com a consultoria da empresa catalã Tubsa, que assumiria a direção executiva do plano, como aponta Vainer (2013).

A premissa básica é que as cidades têm um novo papel no mundo globalizado, devem ser atores empreendedores e se adaptar às regras do mercado e, portanto, as cidades que almejam entrar no seletivo grupo de cidades globais devem importar o plano estratégico “à moda Barcelona”, como foi o caso da maioria das prefeituras latino-americanas. Influenciadas por este “modelo empreendedorista” outras municipalidades do Estado do Rio de Janeiro e fora dele, como Nova Iguaçu, Juiz de Fora, Recife, etc., adotaram a experiência do Plano Estratégico (PIRES, 2010, p.14).

Vainer (2016) identifica que é neste contexto que surge a primeira tentativa da cidade de sediar os Jogos Olímpicos, visando a edição de 2004. A partir deste período, o Rio de Janeiro se insere na dinâmica dos megaeventos esportivos, saindo vitorioso em candidaturas próprias para a realização do Pan-americano de 2007 e das Olimpíadas de 2016, além de ser escolhida como uma das sedes brasileiras na Copa do Mundo de futebol de 2014.

Ao tratar da cidade a partir do urbanismo ligado aos megaeventos esportivos, Mascarenhas (2016) verifica uma transformação profunda no modo como isto vem ocorrendo ao longo da história, com a extrapolação em nossos dias do que seria “um conjunto razoável (e muito menos oneroso que o atual) de instalações (esportivas e habitacionais) e de infraestruturas” (p.57), ressaltando ainda o discurso propagado pelos atores envolvidos na realização dos eventos, pois estes buscam promover supostos benefícios com a “promoção global da imagem urbana, atração de turistas e capitais estrangeiros, produção de sinergias, geração de empregos, aumento da autoestima cidadã” (p.58).

Neste sentido, a cidade olímpica se torna não apenas uma cidade dotada de novas instalações, de ícones arquitetônicos e de ajustes no sistema de mobilidade: ela é, sobretudo, subordinada, mais do que antes, aos interesses do grande capital. No Brasil, é notório o quanto os megaeventos esportivos de nossos dias se inserem plenamente no modelo neodesenvolvimentista em vigor, que acirra a concentração de capital e poder das grandes empreiteiras (SANCHEZ; MASCARENHAS; BIENENSTEIN, 2010).

Assim, o modelo de empreendedorismo urbano empregado na cidade do Rio de Janeiro no contexto da realização dos megaeventos esportivos assumiu, dentre outros aspectos, o papel de grande relevância nas estratégias de promoção e venda da imagem do



espaço urbano, num período de avanço da lógica globalizante no qual as cidades passaram a competir entre si. É importante ressaltar que a concepção de cidade-mercadoria, imposta sobre o conceito de *citymarketig*, é coerente aos anseios de lucro e reprodução do capital, pois o próprio poder público passa a adotar políticas que passam a priorizar a cidade, sobretudo, através do seu valor de troca.

Para Harvey (2005), a ideia de empreendedorismo urbano transforma a cidade em um sujeito econômico, transformada em uma mercadoria (objeto) a ser vendida em um mercado altamente competitivo (no qual outras cidades também estão à venda) a um sujeito que busca aumentar seu poder de atração em relação a novos investimentos e tecnologias seguindo a lógica da produtividade e da competitividade condicionada ao mercado, ou seja, ao poder do capital. O *marketing-urbano* insere-se estrategicamente nesse encadeamento, evidenciando funções e aplicações específicas na (re)construção do conceito e imagem dos espaços urbanos brasileiros, assim como nas territorialidades adjacentes a esse processo (ALMEIDA; ENGEL, 2007).

As implicações relacionadas ao modelo de empreendedorismo urbano atrelado ao objetivo de inserção das novas cidades globais no mercado mundial apresentam implicações em diversas esferas da vida urbana e na reprodução capitalista e social do espaço, que resultam em transformações nas formas de morar e vivenciar as cidades. Especialmente em relação a cidade do Rio de Janeiro, esse processo de transformação tornou-se mais evidente a partir do contexto da realização dos megaeventos esportivos citados anteriormente, em que o processo de produção do urbano privilegiou, dentre outros aspectos, mudanças que impactaram as atividades esportivas e de lazer.

Portanto, pode-se citar, por exemplo, o processo articulado de transformação que abarcou o CEM, coerente com as transformações do espaço urbano carioca e diante de um discurso modernizante e de aceitação acrítica de padrões e modelos internacionais de urbanismo. Desconsideraram-se, em que medida, os efeitos da globalização repercutiram sobre a cidade do Rio de Janeiro, que passou a adotar modelos que privilegiaram o espaço urbano como valor de troca e local de consumo, em detrimento de um uso plural e democrático (SOUZA, 2014).

De acordo com Mascarenhas (2013), o modelo de gestão urbana empreendedorista possibilita analisar a transformação do CEM como expressão particular do processo de reprodução capitalista do espaço urbano, uma vez que as reformas e as construções das paisagens esportivas são componentes centrais desta concepção da cidade mercadológica, reproduzida sob a égide da produtividade e competitividade (GAFFNEY, 2016).

Sendo assim, umas das intervenções mais polêmicas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da realização de megaeventos esportivos foi a modificação radical do CEM, que cometeu a descaracterização de sua concepção inicial (FERREIRA, 2013). Especialmente sobre os *fixos esportivos* abarcados neste estudo, recorre-se a Molina (2013) para entender que a realização de megaeventos internacionais pode apresentar efeitos indesejáveis nas cidades-sede como a subutilização ou uso inapropriado das infraestruturas esportivas, como especialmente o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare, que sofreram ameaça de destruição.

Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Segundo Mascarenhas (2013), o processo de transformação a que foi submetido o CEM, orientado por agentes globais e conduzido por atores hegemônicos locais, precisa ser



estudado também sob a perspectiva do território, do uso e das microterritorialidades que neles se realizam, engendrando cenários de conflitos e resistências.

Assim, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conforme os próprios termos sugerem, são oriundos do conceito de território, que “é um dos que mais vêm sendo submetidos, de umas poucas décadas para cá, a fortes tentativas de redefinição e depuração” (SOUZA, 2018, p. 77). Muitas vezes utilizado de maneira ampla – seja pelo senso comum e até mesmo no âmbito do academicismo –, é fundamental entender o território como um “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 1995, 78-96).

Segundo Gramsci (1971), através de uma releitura de Maquiavel, o poder é oriundo da combinação de consentimento e coerção, sendo o poder exercido pelos Estados-nações para controlar os seus súditos e assim conseguir defender os interesses de suas burguesias. Dessa maneira, “a coerção implica o uso da força ou uma ameaça de força digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral” (ARRIGHI, 1996, p. 28).

Portanto, para Souza (2018, p. 86), o conceito de território nos remete à conjunção dos conceitos de espaço e poder”, sendo utilizado de maneira pioneira por Friedrich Ratzel (1844-1904) para fazer referência ao território como espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado.

A partir dessa perspectiva de território estritamente política, institucional e ideológica, a geografia, após um longo período de subserviência ao imperialismo europeu, construiu modificações em seus conceitos, principalmente no período entre o final do século XX e começo do século XXI quando avançou na atualização do conceito de território, incorporando e destacando diversos aspectos econômicos, culturais e/ou sociais do termo, dotando-o de maior abrangência, complexidade explicativa e densidade teórica (SILVA; SILVA; 2016, 49).

Após décadas entrelaçado no mesmo emaranhado conceitual, atualmente, o conceito de território tornou-se mais abrangente. Com isso, a supremacia exercida – não apenas mais a supremacia a nível político-institucional, de um Estado sobre outro - a nível econômico, social e cultural no espaço por um determinado grupo social sobre outro também deve ser visto, sob análise, como um instrumento de exercício de poder e, portanto, como uma territorialidade.

Nessa mesma linha de raciocínio, Raffestin (1993) considera a proposição de uma abordagem relacional do território, a qual ele é indissociável do poder, conduzindo ao princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território. Segundo Souza (1995, p. 97) “os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim ‘campos de força’, que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas”.

Assim, o conceito de território decorre da projeção espacial de relações de poder e do ponto de vista metodológico, pode ser apreendido em perspectivas multiescalares e interescares, seja em termos subjetivos, locais, regionais, nacionais e globais, desde que considere as lógicas de comando dos fluxos que o definem, entrecruzando normas globais com as normas locais (SAQUET, 2007).



Isto posto, de um ponto de vista conceitual, a questão central, no que se refere ao território, é a seguinte: o que é um processo de territorialização ou desterritorialização?⁵ Souza (2018) argumenta que as motivações para se conquistar ou defender um território (ou seja, territorializar o espaço) podem ser fortemente ou até primariamente de cunho econômico e/ou cultural.

Do ponto de vista econômico, a análise sobre os processos de territorialização devem sublinhar a participação do Estado enquanto força de poder atuante em consonância aos interesses do capital, defensor e organizador dos interesses da classe dominante. A articulação do Estado com o capital resulta em profundas influências nas relações sociais, em síntese nas relações de poder, nas territorialidades e na efetivação de territórios (SILVA; SILVA, 2016).

Em suma, a territorialização ocorre quando o poder coercitivo ou moral, exercido em conjunto pelo Estado e pelos seus agentes hegemônicos, se projeta sobre o espaço, tendo como alvo um determinado grupo social a ser desterritorializado, através, por exemplo, de restrição de acesso e locomoção de lugares que antes a os pertenciam e/ou faziam parte do seu cotidiano.

O processo de desterritorialização evidencia a perda de identidades territoriais locais, fruto da introdução de lógicas diferentes das existentes, culminando com a deslocação física de populações (ou dos agentes responsáveis pela produção do território) ou com a perda de comando das ações que vão se desencadear no território, agora sob domínio de um novo grupo social ou empresarial ou ainda do Estado. A desterritorialização, nos tempos atuais, passa a ser mais frequente em função das lógicas de acumulação de capital que se encontram embrenhadas nas políticas neoliberais.

Para Matos (2016), a mobilidade do capital, da qual decorrem processos de desconcentração de atividades econômicas; a movimentação de atividades para áreas consideradas exteriores ao processo de acumulação capitalista; a revalorização dos processos de acumulação primitiva; a compressão tempo-espaço; e a mundialização da cultura têm sido a característica dos tempos atuais, generalizados pela globalização. Esses processos todos têm criado condições para uma massificação dos processos de desterritorialização que valorizam o espaço de acordo com a mais-valia que o mesmo pode oferecer.

No contexto em que a globalização sob o seu viés perverso se instala em escala planetária, o movimento de desterritorialização acaba se tornando recorrente dentro da lógica de acumulação do sistema capitalista, que está sempre empurrando os seus limites ou, por outro lado, está construindo para depois destruir, numa espécie daquilo que Harvey denomina de “destruição criativa”.

É interessante sublinhar o entendimento compartilhado por Andrade (1995), Corrêa (1994) e Santos (2012), que vêem a desterritorialização e a reterritorialização, sendo um mesmo processo, ou fazendo parte da mesma moeda. Ou seja, ao mesmo tempo em que se desterritorializa por uma mão, a outra reterritorializa (produzindo novas territorialidades). Deleuze e Guattari (2011, p.343) corroboram essa abordagem, ao afirmarem que “no limite, é impossível distinguir a desterritorialização e a reterritorialização, que estão presas uma na outra ou são como o avesso e o direito de um mesmo processo”.

Conforme o entendimento dos autores mencionados acima, o processo de desterritorialização produz necessariamente a reterritorialização de indivíduos, populações ou

⁵ Os conceitos de territorialização, desterritorialização dizem respeito aos movimentos pelos quais os indivíduos ou grupos sociais abandonam ou são forçados a abandonar seus lugares/territórios (DELEUZE; GUATTARI, 2011).



grupos sociais, pois ao serem expulsos dos seus territórios eles acabam sendo despejados para outros espaços e, assim, produzindo novas territorialidades.

Todavia, é importante ressaltar que os processos de desterritorialização impostos pela lógica capitalista muitas vezes não acontecem sem que ocorram movimentos de resistências dos grupos sociais pertencentes ao território em que o capital busca territorializar. Os movimentos de resistências são engendrados como forma de defesa do território, por isso muitas vezes acabam sendo suscitados conflitos tanto através do uso da força quanto conflitos ideológicos. Nesta lógica, o grupo a ser desterritorializado tende a lutar pela manutenção do seu poder sobre o território, além da preocupação de resguardarem os valores simbólicos-identitários e afetivos que conferem o sentido de lugar ao território.

Mesmo que ocorra o processo de desterritorialização e um grupo social seja reterritorializado em outro espaço, isso não significa que os movimentos de resistências sejam desfeitos. É importante destacar que a ocupação de determinado espaço por determinado grupo social desterritorializado pode responder em parte ou na totalidade as suas necessidades e intenções, como pode não responder as necessidades e intenções daqueles que são forçados a produzirem uma nova territorialidade (MATOS, 2016).

Segundo Corrêa (1994), o processo de reterritorialização pode ocorrer no mesmo lugar onde ocorreu a desterritorialização, como pode ocorrer num outro espaço. A existência dos movimentos de resistência é importante, pois a reterritorialização no mesmo local pode estar associada à perda do comando das ações existentes, ao mesmo tempo em que também pode significar a perda dos referências simbólicos-identitários, resultante da introdução de novos objetos e de novas ações.

Portanto, os movimentos de resistências que almejam a reterritorialização no mesmo lugar onde houve a desterritorialização são orientados por ideais que busquem não apenas a ocupação física do território, mas também a garantia da retomada do poder e, com isso, que os aspectos identitários do lugar também sejam reconstruídos. Percebe-se, dessa forma, que no contexto de uma sociedade capitalista, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão arraigados de interesses conflitantes entre o valor de uso e o valor de troca, entre obra e produto.

A descrição sumarizada da concepção de território, territorialização, desterritorialização, reterritorialização (TDR) tem o propósito de referir alguns fundamentos teóricos necessários para a análise da realidade estudada, em relação às principais formas de TDR que ocorreram no contexto de realização e pós realização dos megaeventos esportivos, mais notadamente a Copa de 2014 e a Olimpíadas de 2016 – na cidade do Rio de Janeiro, especialmente no CEM, através do estudo de dois *fixos esportivos*, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e Parque Aquático Júlio Delamare.

METODOLOGIA

A metodologia que foi empregada para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa combinou o uso das técnicas dos métodos da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi útil para construir o arcabouço teórico do estudo, evidenciando a discussão sobre os impactos dos megaeventos na forma de produção capitalista do espaço urbano e de que forma este processo tende a destruir facetas importantes do direito à cidade, através do exemplo da cidade do Rio de Janeiro; também se debate, sobre do ponto de vista teórico-conceitual com contribuições de importantes autores do campo da geografia, os conceitos de “territorialização”, “desterritorialização”, “reterritorialização”.



A seleção das obras utilizadas como referencial ao desenvolvimento da pesquisa buscou contemplar debates recentes acerca da temática dos megaeventos esportivos, valorizando pesquisadores que compreendam a realidade da cidade do Rio de Janeiro, e as transformações e embates vivenciados pela capital fluminense a partir da realização dos jogos, bem como publicações que dão voz aos sujeitos diretamente afetados pelas dinâmicas oriundas da lógica de mercantilização aplicada ao referido recorte espacial.

A pesquisa documental mobilizada neste trabalho consiste no uso de fontes primárias e secundárias, como *sites* eletrônicos, periódicos e dossiês. Através dos documentos consultados objetivou-se encontrar possíveis respostas as questões que foram formuladas na parte introdutória e, assim, conseguir atingir os objetivos específicos pontuados neste estudo.

Os dados foram analisados conforme técnica de análise de conteúdo, que, segundo Moraes (1999, p.9), constitui-se de uma metodologia de pesquisa utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos das mais diversas classes. Através de descrições sistemáticas, ela ajuda o pesquisador a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais aprofundada destas.

Santos, Soares e Fontoura (2004) descrevem o procedimento de aplicação da análise de conteúdo composto basicamente por cinco etapas: Preparação, Unitarização, Categorização, Descrição, Interpretação.

1 – Preparação: leitura e seleção dos dados a serem analisados, além da definição da codificação (letras ou números) dos conteúdos.

2 – Unitarização: trata-se da identificação das unidades de análise.

3 – Categorização: agrupamento das unidades de análise de acordo com a similitude que apresentam.

4 – Descrição: apresentação dos resultados obtidos.

5 – Interpretação: análise dos resultados a partir do referencial teórico construído no trabalho.

Portanto, a finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (PUGLISI; FRANCO, 2005, p. 25). A técnica análise de conteúdo é adequada a realização de pesquisas qualitativas. Assim, os dados foram tratados a partir das etapas descritas acima, sendo que as unidades de análise categorizadas são as estruturas relevantes presentes nas fontes primárias. Neste trabalho, as unidades estão identificadas a partir da observação do referencial teórico construído.

RESULTADOS

Apresentação das Unidades de Análise Categorizadas

Na análise do conteúdo das informações coletadas foi possível a identificação de três unidades de análise categorizadas, evidenciadas através da utilização das letras A, B e C, sendo essas denominadas, respectivamente: “territorialização do capital no CEM”; “desterritorialização das práticas esportivas e sociais no Célio de Barros e Júlio Delamare”; “novos usos e desusos: possibilidades para reterritorialização no Célio de Barros e Júlio Delamare?”

Tabela 1 - As unidades de análise categorizadas organizadas em categorias e a letra das informações nos quais elas foram identificadas



Categorias de unidades de sentido	Relatos
Territorialização do capital no CEM	A1, A2, A3 e A4
Desterritorialização das práticas esportivas e sociais no Célio de Barros e Júlio Delamare	B1, B2, B3 e B4
Novos usos e desusos: possibilidades para “reterritorialização” no Célio de Barros e Júlio Delamare?	C1, C2, C3 e C4

Fonte: autores da pesquisa

Dando continuidade, foram destacados fragmentos dos *sites* pesquisados com as unidades de análise categorizadas com significado para os investigadores, a partir da problemática de investigação proposta na parte introdutória deste artigo.

Tabela 2 – Fragmentos dos sites pesquisados

Territorialização do capital no CEM
Relato A1 ⁶ - Informação obtida do site “ ESPN ”: “ <i>Se o governador decidir pela manutenção do Célio de Barros - impedindo que o Consórcio Maracanã construa no local um edifício garagem com espaços para lojas - os lucros do negócio diminuirão de forma significativa. De acordo com estudo do Ministério Público, a construção do shopping custaria R\$ 127 milhões, mas geraria um lucro de aproximadamente R\$ 19 milhões por ano, ao prol de empresas</i> ”.
Relato A2 ⁷ - Informação obtida do site “ UOL ”: “ <i>A Justiça do Rio de Janeiro suspendeu a demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare. A derrubada, prevista na privatização do Complexo Esportivo do Maracanã, não pode ser levada adiante até que a prefeitura apresente documentos que justifiquem o destombamento dos espaços, os quais já haviam sido considerados patrimônio histórico do Rio de Janeiro em 2002</i> ” (...)
Relato A3 ⁸ - Informação obtida do site “ Istoe ”: “ <i>O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, anunciou hoje (2/08) a manutenção do Estádio de Atletismo Célio Barros (...) a decisão de não demolir o estádio atende a pedidos da Justiça e da opinião pública, assim como ocorreu com o Parque Aquático Júlio Delamare (...) a sociedade civil, atletas, as instituições responsáveis legalmente, como o Instituto do</i>

⁶ Matéria publicada no dia 02/05/2013. Disponível em: <<http://www.espn.com.br/noticia/346275_celio-de-barros-briga-com-shopping-para-sobreviver-reforma-e-quas-e-um-quarto-mais-barata-que-demolicao>>. Acesso: 09/12/2021.

⁷ Matéria publicada no dia 28/05/2013. Disponível em: <<<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/28/justica-suspende-demolicao-de-julio-delamare-e-c-elio-de-barros.htm>>>. Acesso: 09/12/2021.

⁸ Matéria publicada no dia 02/08/2013. Disponível em: <<https://istoe.com.br/317249_GOVERNO+DO+RIO+DESISTE+DE+DEMOLIR+ESTADIO+DE+ATLETISMO+CELIO+DE+BARROS/amp/>>. Acesso: 09/12/2021.



Patrimônio Histórico e a Justiça do estado a mesma coisa (...) o Maracanã ganharia entretenimento, restaurantes, lojas, como nós temos em vários lugares do mundo”.

Relato A4⁹ - Informação obtida do site “UOL”: “*Está na mesa do governador Wilson Witzel a proposta de revitalização da área do Maracanã (...) o projeto prevê a demolição total do Célio de Barros. Ali seria erguido um empreendimento de grande porte, com a previsão de contar com um shopping e um hotel. O Parque Aquático Júlio Delamare seria menos afetado, já que o plano é o de derrubar a arquibancada*”.

Desterritorialização das práticas esportivas e sociais no Célio de Barros e Júlio Delamare

Relato B1¹⁰ - Informação obtida do site “Observatório das Metrôpoles”: “*No dia 9 de janeiro de 2013, sem nenhum aviso prévio, o Estádio Célio de Barros, localizado no Complexo do Maracanã (RJ), amanheceu com as portas trancadas (...) Projetos sociais de iniciação ao esporte foram paralisados (...) o local é frequentado diariamente por uma média de 600 pessoas. Entre elas estão as que participam de projetos esportivos (...)*

Relato B2¹¹ - Informação obtida do site “O globo”: (...) o “*sonho olímpico*” transformou-se em pesadelo (...) depois que o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio de Lamare foram fechados para as obras da Copa. Com as atividades encerradas nos dois equipamentos esportivos, promessas do atletismo e dos saltos ornamentais ficaram sem lugar para treinar. A solução para a turma do atletismo tem sido a rua (...) no caso dos atletas dos saltos ornamentais, todos foram transferidos para o Parque Aquático Maria Lenk, na Barra. O problema é que o parque só dispõe de piscinas e não de centro de treinamento seco, que corresponde a 80% da preparação destes atletas”.

Relato B3¹² - Informação obtida do site “Gazeta online”: “*(...) é inacreditável o que os governos passados fizeram com esses espaços. O Célio de Barros, em especial, foi transformado em estacionamento de luxo durante a Copa do Mundo. (...) É um crime o que fizeram com os jovens que ali frequentavam diariamente, do morro da Mangueira, por exemplo (...) vieram máquinas e tratores e, criminosamente, cobriram com asfalto a pista e toda a área de competição*”

⁹ Matéria publicada no dia 23/01/2019. Disponível em: <<<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2019/01/23/maracana-preve-demolir-celio-de-barros-para-construir-shopping-e-hotel.htm?cpVersion=instant-article>>>. Acesso: 09/12/2021.

¹⁰ Matéria publicada no dia 30/01/2013. Disponível em: <<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-celio-de-barros-e-nosso/>>>. Acesso: 09/12/2021.

¹¹ Matéria publicada no dia 03/09/2014. Disponível em: <<<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/sem-celio-de-barros-julio-de-lamare-atletas-treinam-para-as-olimpiadas-na-rua-13808468>>>. Acesso: 09/12/2021.

¹² Matéria publicada no dia 19/09/2018. Disponível em: <<<https://www.gazetaonline.com.br/esportes/futebol-nacional/2018/09/eicao-romario-que-maracana-tenha-calendario-rentavel-102455582.html>>>. Acesso: 09/12/2021.



Relato B4¹³ - Informação obtida do site “ESPN”: “O Célio de Barros, que faz parte do completo esportivo do Maracanã, está há quase dez anos sem receber provas de atletismo, quando virou um canteiro de obras para o projeto de reforma do Maracanã visando a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014). Ainda foi usado como estacionamento nos dois eventos. No ano de 2013 a pista de atletismo foi totalmente soterrada e deixou de existir. “O atletismo no Rio de Janeiro morreu porque sem o Célio de Barros sobraram poucos locais para a prática com tanta acessibilidade como o equipamento no Maracanã (...).

Novos usos e desusos: possibilidades para “reterritorialização” no Célio de Barros e Júlio Delamare?

Relato C1¹⁴ - Informação obtida do site “Globo Esporte”: “O Parque Aquático Julio Delamare, no Complexo do Maracanã, retomou as atividades esportivas nesta terça-feira. A reabertura foi dividida em três fases: na primeira delas, apenas a piscina coberta volta a funcionar com aulas de natação e polo aquático para crianças. A segunda fase será a retomada da piscina olímpica e, por último, a ocupação do tanque de saltos”.

Relato C2¹⁵ - Informação obtida do site “O DIA”: “Enquanto o mundo respira futebol, o atletismo do Rio vive uma profunda crise (...) Com a pista destruída e a arquibancada precária, o Estádio Célio de Barros, templo deste esporte, deu lugar a um...parque de diversões. Isso mesmo. Foi a forma que o governo do estado encontrou para evitar que o local fique ocioso já que não há recursos para a reconstrução”

Relato C3¹⁶ - Informação obtida do site “O Lance!”: “O estádio Célio de Barros está de volta ao Rio de Janeiro. Após reformas realizadas pela Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, o local foi reaberto na manhã deste sábado. Entre as novidades principais, estão a recuperação da pista de aquecimento, a revitalização da arquibancada e a restauração do auditório (...) Queremos reconstruir a pista de 400 m, o projeto já está com o Governo Federal - revelou Felipe Bornier, secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude (...)

Relato C4¹⁷ - Informação obtida do site “Governo Federal”: “O Governo Federal tem a intenção de reformar o Célio de Barros. Nós, da Secretaria Especial do Esporte, já fizemos reuniões com a equipe da Confederação Brasileira de Atletismo

¹³ Matéria publicada no dia 21/06/2019. Disponível em: <<https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/5755109/canteiro-de-obras-parque-e-estacionamento-na-copa-amERICA-futuro-do-celio-de-barros-volta-a-ser-discutido>>. Acesso: 09/12/2021.

¹⁴ Matéria publicada no dia 03/04/2018. Disponível em: <<<https://ge.globo.com/natacao/noticia/apos-5-anos-fechado-o-parque-aquatico-julio-delamare-e-reativado.ghtml>>>. Acesso: 09/12/2021.

¹⁵ Matéria publicada no dia 19/06/2018. Disponível em: <<<https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2018/06/5550103-estadio-celio-de-barros-vira-parque-de-diversoes.html>>>. Acesso: 09/12/2021.

¹⁶ Matéria publicada no dia 11/05/2019. Disponível em: <<<https://www.lance.com.br/futebol-nacional/celio-barros-reabre-com-pista-arquibancada-estrutura-reformadas.html>>>. Acesso: 09/12/2021.

¹⁷ Matéria publicada no dia 21/05/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/equipe-da-secretaria-especial-do-esporte-realiza-visita-tecnica-ao-celio-de-barros>>. Acesso: 09/12/2021.



(CBAt) e estamos em contato com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, para viabilizarmos a parceria. O Célio de Barros é um templo do atletismo brasileiro, por onde passaram estrelas nacionais e do atletismo mundial. Entendemos que é importante resgatar esse estádio e voltar a fazer dele um centro de referência para o Brasil e o mundo’, destaca Marcelo Magalhães”.

Fonte: autores da pesquisa

Na sequência, segue a interpretação das unidades descritas acima. Segundo Ricoeur (1979), a interpretação é entendida como sendo um trabalho do pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal.

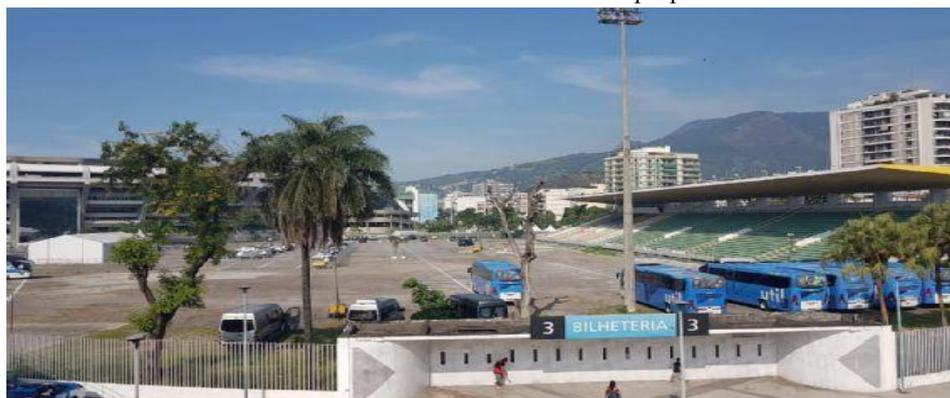
Interpretação das Unidades de Análise Categorizadas

Territorialização do Capital no CEM

Amplamente, o projeto de modernização do CEM previa, conforme já elucidado, a demolição do estádio de atletismo Célio de Barros e do parque aquático Júlio Delamare. De acordo com Oliveira *et al.*, (2015), entre as justificativas para tais demolições destacavam-se a construção de estacionamentos e de um shopping center, que fariam com que o local atendesse às exigências da FIFA por vagas para carro, além de se tornarem um importante atrativo comercial para que a iniciativa privada finalmente se interessasse pela concessão da administração do Estádio.

Através do “*relato AI*” fica evidente que a intenção principal pela demolição dos fixos esportivos situados no CEM era prover lucros para a iniciativa privada, especialmente para o Consórcio Maracanã¹⁸.

FIGURA 5: Pista de atletismo do Estádio Célio de Barros apropriada como estacionamento



¹⁸ O primeiro contrato com o Consórcio Maracanã (formado por Odebrecht Participações e Investimentos S.A. - empresa líder, com 90%; IMX Venues e Arena S.A. - de propriedade de Eike Batista, com 5%; e AEG Administração de Estádios do Brasil LTDA - também com 5%) foi firmado em junho de 2013, com duração de 35 anos. Em janeiro de 2014 foi celebrado um novo contrato, com alterações contratuais, prevendo a manutenção da estrutura do Estádio de Atletismo Célio de Barros, do Parque Aquático Júlio Delamare, da Escola Municipal Friedenreich e do prédio do antigo Museu do Índio. Já em 2016 tiveram início as negociações para uma rescisão contratual, com a alegação por parte do Consórcio Maracanã que a não demolição do estádio de atletismo e do parque aquático inviabilizaram sua atuação no CEM. A anulação do contrato só ocorreria em 2019, de forma unilateral por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a alegação de descumprimento de cláusulas.



Fonte: site ESPN, 21 de junho de 2019.

Diante do “*relato A2*”, nota-se o imbróglio envolvendo as demolições do Célio de Barros e do Júlio Delamare. Foi necessária a intervenção da justiça do estado do Rio de Janeiro para impedir a concretização da demolição desses fixos esportivos. Anteriormente, a própria Prefeitura do Rio – a pedido do governo do estado, até então responsável pela administração do CEM -, agindo para atender aos interesses econômicos da iniciativa privada, já havia se movimentado no sentido de promover o destombamento tanto do estádio Célio de Barros quanto do Parque Júlio Delamare¹⁹.

O que o “*relato A2*” não expressa é que a ação da justiça foi substancialmente motivada pelas manifestações de junho de 2013 (figura 5), conforme explícito no “*relato A3*”, pois o governo estadual, na ocasião representado por Sérgio Cabral, era inflexível sobre a reforma do Complexo do Maracanã – que abarcava as demolições dos fixos esportivos.

Figura 6 – Manifestações ocorridas em 2013 contra a destruição do Estádio Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare



Fonte: sites Globo Esporte e Agência Brasil, 04 de julho de 2013 e 09 de abril de 2014, respectivamente.

Segundo Oliveira *et al.*, (2015), com as manifestações de junho de 2013 e a extrema violência da repressão policial, o governador se tornou um dos principais focos de demandas, e “fora Cabral” era um dos *slogans* mais ouvidos nas ruas. Com isso, o que parecia impossível aconteceu: acuado, o governador veio a público dizer que não ia mais demolir os fixos esportivos do CEM. A luta política mudava o curso dos acontecimentos e alterava as decisões de demolição do Estádio Célio de Barros (parcialmente iniciada, com a destruição da pista de treinamento e sua transformação em estacionamento – conforme figura 5) e do Parque Julio Delamare.

Porém, mesmo que a completa destruição dos equipamentos não tenha sido concluída, a iniciativa privada, por meio do consórcio Maracanã S.A, buscou alternativas que lhe garantisse alguma rentabilidade, como aponta o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, em edição publicada em novembro de 2015.

¹⁹ O tombamento dos dois fixos em questão foi publicado no diário oficial no ano 2000 (processo 1094-T-83), após aprovação unânime no Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Na Copa do Mundo e em jogos de futebol no Maracanã, a área do Célio de Barros tem sido usada como estacionamento e este era efetivamente o plano do Consórcio Maracanã S.A, ou seja, transformar um equipamento público em estacionamento e se apropriar dos lucros financeiros desse empreendimento (DOSSIÊ..., 2015, p.70).

Realmente não houve as demolições do Célio de Barros e do Júlio de Barros, no entanto, desde o fechamento desses fixos esportivos, em 2013, as suas *formas* foram descaracterizadas – principalmente do Célio de Barros que teve a pista de atletismo soterrada -, assim como as suas *funções* originais foram interrompidas por um longo período.

As ações que impediram a destruições do Célio de Barros e Júlio Delamare não podem ser vistas como definitivas, conforme pode ser notado através do “*relato A4*”. Recentemente, em 2019, na gestão do então governador Wilson Witzel – que acabou sendo “impititado” – houve nova tentativa por parte da iniciativa privada, através da concessionária responsável pela gestão do CEM, em promover a demolição total do Célio de Barros e parcial do Júlio Delamare. Dessa forma, mesmo que não tenha ocorrido o destombamento desses fixos esportivos, ainda assim eles são alvo constante de ameaça de demolição, pois eles estão situados em um espaço privilegiado para a perpetuação do sistema de acumulação capitalista, pois almeja-se para o local a criação de estabelecimentos orientados para a lógica consumista, como, por exemplo, shopping e hotel.

Desterritorialização das práticas esportivas e sociais no Célio de Barros e Júlio Delamare

Segundo Ferreira (2013, p. 104), “a pressão de movimentos populares, aliada a um turbulento contexto político, impediu a execução plena do projeto inicial de transformação do complexo esportivo do Maracanã em um grande centro de compras e de entretenimento pago, gerido por uma lógica comercial”. Com isso, em 2013, o governo do estado acabou recuando na proposta de promover as demolições do estádio de atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare. Não obstante, tal decisão não pôde ser comemorada e acabou, contraditoriamente, gerando muita apreensão com relação à possibilidade de retomada plena das atividades anteriormente realizadas e que foram interrompidas.

O Júlio Delamare, por exemplo, que oferecia aulas de natação e hidroginástica para a população, além de servir de local de treinamento para cerca de 40 atletas de alto desempenho em esportes aquáticos, apesar da decisão que impediu a demolição do equipamento como um todo, parte de sua estrutura foi destruída, pois enquanto “o futuro desse equipamento esportivo estava sendo determinado atrás das portas, ele se fechava ao uso público e um guindaste utilizado na reforma do Maracanã derrubou a plataforma de saltos ornamentais” (DOSSIÊ..., 2015, p.72).

Conforme explícito no “*relato B1*”, os fixos esportivos situados no CEM tiveram, sem nenhum aviso prévio por parte do estado, as suas funções descontínuas, paralisando, assim, por um tempo longínquo, a oferta de importantes projetos sociais que atendiam um número muito significativo de pessoas. Segundo Oliveira *et al.*, (2015), as atividades realizadas no Estádio Célio de Barros e no Julio Delamare foram extintas e a sua posterior dispersão para outras áreas se deu de forma reduzida e precária, com danos irreparáveis para atletas e usuários beneficiados pelas políticas sociais desenvolvidas nesses equipamentos.



As informações contidas no “*relato B2*” corroboram os prejuízos proporcionados em relação a interrupção das atividades ofertadas nesses dois fixos esportivos, impactando negativamente no treinamento profissional de atletas.

Figura 7: Jovens treinam nas ruas ou em praças depois de o governo fechar o Estádio Célio de Barros, no Complexo do Maracanã Foto: Guilherme Leporace / Agência O Globo



Fonte: *site O globo*, 03 de setembro de 2014.

De acordo com Ferreira (2013, p. 112), “entre todos os equipamentos ameaçados de demolição, o Célio de Barros, sem dúvida, é o que melhor simboliza uma área adormecida”. Não obstante, até o ano de 2015, a situação de abandono do Julio Delamare também era evidente (figura 8), simbolizando, assim, o descaso como era tratado.

Todavia, no ano de 2016, o governo do estado do Rio anunciou uma reforma do Parque Aquático, que previa, após a sua concretização, a retomada dos projetos sociais e a retomada de suas funções originais.

Figura 8 - Situação de abandono do Parque Aquático Júlio Delamare no início de 2018.



Fonte: *site GE*, 14 de fevereiro de 2018.

Apesar da promessa de reforma do Parque Aquático Júlio Delamare, prevista para ocorrer no ano de 2016, a imagem acima ilustra que a situação de abandono persistiu, pelo menos, por mais dois anos, data da foto acima. Dessa forma, pode-se afirmar, a princípio, que entre o período de 2013 e início de 2018, esse fixo esportivo situado no CEM ficou obsoleto em relação a sua função original e, com isso, atletas e comunidade desterritorializados de suas práticas cotidianas.

O “*relato B3*” reforça a forma como as atividades que aconteciam nos fixos esportivos do CEM foram interrompidas de forma surpreendente, prejudicando profissionais e desterritorializando importantes projetos sociais, enfatizando, sobretudo, o caso específico do Célio de Barros. Segundo Ferreira (2013), a decisão de suspender a demolição do Célio de Barros veio acompanhada da promessa de recuperação da sua forma-função. Contudo, a realidade se mostrou bastante diferente, pois além da descontinuidade das *funções* originais, a mudança na *forma* original promovida através do soterramento da pista oficial de atletismo de 400 metros, conforme “*relato B4*”, proporcionou impactos negativos para o atletismo de toda a cidade do Rio de Janeiro, pois ela era tida como uma das principais do município.

De acordo com Oliveira *et al.*, (2015), a questão principal do Célio de Barros reside no abandono permanente da forma-função original para a qual outrora o estádio fora planejado. Privilegiado por sua localização e pelo acesso facilitado através do sistema de transportes carioca (no entorno circulam dezenas de linhas de ônibus e estão situadas estações de trem e metrô), o Célio de Barros atuava não apenas como importante fixo esportivo, mas acarretava dinâmicas não mais observadas em seu entorno.

Assim como ocorreu quando buscava-se impedir a demolição deste equipamento, as organizações populares por diversas vezes atuaram pela retomada das atividades voltadas a prática do atletismo. Como exemplo, pode ser mencionada a Corrida e Caminhada Pela Reconstrução do Estádio de Atletismo Célio de Barros, idealizada pela Associação dos Atletas e Amigos do Célio de Barros e realizada em março de 2015, com a participação de atletas que faziam uso do espaço.

Figura 9 – Corrida e caminhada a favor da reconstrução do Célio de Barros



Fonte – site Agência Brasil, 09 de abril de 2014.

Além de não terem sido realizadas as intervenções estruturais prometidas, não houve a reconstrução da pista de atletismo e da área utilizada para modalidades de arremesso e saltos. Com isso, a cidade continuou privada do seu principal equipamento de uso exclusivo para o atletismo. Ademais, conforme será visto adiante, os diferentes e inusitados usos relacionados a esse fixo esportivo nos últimos anos permitem que ele seja classificado como um equipamento multifuncional cada dia mais afastado da sua função original.

Novos usos e desusos: possibilidades para “reterritorialização” no Célio de Barros e Júlio Delamare?

O “*relato C1*” demonstra que, após 2013, o Júlio Delamare iniciou o seu processo de retomada apenas em 2018 – alguns meses após o cenário de abandono demonstrado na *figura 8* -, mesmo com promessa do governo estadual em reabri-lo para atletas e comunidade em 2016. É importante destacar que, em 2018, o Parque Aquático retomou paulatinamente com as suas *funções* originais, sendo assim desconhecida outra *função* diferente assumida por esse fixo esportivo durante o tempo que ele ficou adormecido na história da cidade do Rio de Janeiro.

Sobre o Célio de Barros, os usos conferidos ao estádio após seu fechamento para a prática esportiva são os mais diversos: depósito de materiais da obra do Maracanã; estacionamento para jogos da Copa do Mundo; hospital de campanha para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

O entendimento expresso acima é ratificado no “*relato C 2*”, uma vez que as instalações do Célio de Barros conheceram diferentes usos, sendo nenhum deles relacionado à prática do atletismo (*figuras 10 e 13*), confirmando, assim, a sua descaracterização e o desalojamento de suas histórias e tradições (FERREIRA, 2013).

Figura 10- Parque de diversões no estacionamento do Célio de Barros.



Fonte: *site o dia*, 19 de junho de 2018.

De acordo com o que foi explicitado no “*relato C3*”, o Estádio de Atletismo Célio de Barros foi oficialmente reentregue para a população carioca, depois de melhorias em sua infraestrutura, possibilitando a retomada de algumas de suas *funções* originais, em maio de 2019.

Figura 11 – Reinauguração parcial do Célio de Barros



Fonte: *site “o lance”*, 11 de maio de 2019.



Todavia, a pista de atletismo, que já tinha sido a melhor da cidade, atendendo atletas profissionais e amadores, permaneceu no discurso político a promessa de uma entrega futura. Diferentemente do Júlio Delamare, que em 2018 retomou com as suas *funções* originais e permitiu que, mesmo anos depois, houvesse a reterritorialização das práticas esportivas e das atividades sociais, sobre o Célio de Barros não pode se dizer o mesmo, ainda que em 2019 tenha tido a ação de melhorias promovida pelo estado do Rio com a promessa de reconstrução da pista de atletismo.

A análise do “*relato C4*” – o mais recente de todos - é importante, pois demonstra que as compromissos assumidos pelo governador do estado que acabou sofrendo impeachment não se concretizaram, assim o Célio de Barros segue sem cumprir a sua *função* principal, culminando com atletas e comunidade desterritorializados de suas práticas nesse fixo esportivo. Ademias, ainda sobre o “*relato C 4*”, percebe-se que há um relevante entendimento sobre o valor histórico, esportivo e social do Célio de Barros, porém, em uma década – desde quando iniciaram as obras da CEM para a Copa de 2014 - pouco foi feito, apesar das promessas já terem constado nas pautas do governo estadual e, agora, do governo federal.

A partir de março de 2020, o Brasil começou a ser impactado de maneira contundente pela pandemia provocada SARS-CoV-2, da família dos coronavírus, que ao infectar seres humanos provoca a doença denominada Covid-19. No Rio de Janeiro foram projetados sete hospitais de campanha para atender as pessoas infectadas, mas nem todos entraram em funcionamento. O chamado Hospital de Campanha do Maracanã, situado nas instalações do estádio Célio de Barros, funcionou de maio a outubro de 2020.

Figura 12 – Hospital de campanha construído no Estádio de Atletismo Célio de Barros.



Fonte: Site do jornal O Globo, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



As transformações no espaço urbano carioca provocadas pelo modelo de cidade que emerge a partir das candidaturas vencedoras do Rio de Janeiro para sediar alguns dos principais megaeventos esportivos mundiais impactam diretamente fixos esportivos que há décadas se estabeleceram como verdadeiras centralidades esportivas e sociais. Neste contexto, a pesquisa em tela procurou evidenciar as transformações observadas no Estádio de Atletismo Célio de Barros e no Parque Aquático Júlio Delamare, inseridos no chamado Complexo Esportivo do Maracanã.

A investigação realizada aponta para um processo de desterritorialização, não apenas dos atletas que utilizavam os referidos fixos como local de treinamento e competição, mas também daqueles sujeitos mais vulneráveis social e economicamente, que tinham estes locais como referência no que diz respeito a prática de atividades voltadas ao esporte, lazer, cultura e educação.

A perversidade da nova territorialização destes equipamentos através da atuação de agentes hegemônicos do capital pôde ser comprovada quando analisamos as propostas apresentadas à época, que, legitimadas pelo Estado, propunham, entre outras medidas, demolir tanto o Parque Aquático quanto o Estádio de Atletismo. Apesar de consolidada a desterritorialização dos grupos que por décadas utilizaram tais espaços e a consequente apropriação por interesses mercadofílicos, as demolições foram impedidas, resultado conquistado a partir de mobilização popular. Apesar disto, a iniciativa privada, mais notadamente o chamado Consórcio Maracanã, tratou de impedir os usos originais e impor outros, como a utilização do estádio de atletismo como estacionamento, realização de festival de food truck, instalação de parque de diversões, entre outros.

A constatação desta nova realidade verificada no Estádio de Atletismo Célio de Barros e no Parque Aquático Júlio Delamare serve como apenas um exemplo dos tantos possíveis de serem encontrados no Rio de Janeiro ou qualquer outra localidade que tenha se submetido ao urbanismo olímpico, no qual os agentes hegemônicos ditam as regras, o Estado as aceita e atua para viabilizar sua implementação, enquanto a população em um primeiro momento observa impotente.

Entretanto, as conquistas, mesmo que menores em relação ao que era desejado, indicam a existência de um caminho para a garantia de direitos tão fundamentais como o acesso e uso de equipamentos planejados e construídos para serem populares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA; G. G. F. de; ENGEL, V. A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 19, n. 1, p. 89-105, abr., 2017.

Andrade, M. C. de O. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

Arrighi, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Edunesp, 1996.

CASTRO, D. G et. al. O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade. In: **Rio de Janeiro:**



os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-40.

CORRÊA, R. L. A. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia.** Trad: Ana Lúcia de Oliveira; Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. Vol 1.

DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. 2015. 97p.

FERREIRA, F. C. Maracanã: de centralidade popular a arena para a sociedade do espetáculo. In: **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)**, Rio de Janeiro, 2013, p. 1-20.

FIGUEIRA, L. D de V; COSTA, P. D'Angelo da. Deslocamentos urbanos involuntários e a remoção da favela Metrô-Mangueira: a produção do espaço a partir das noções de centro e periferia. **Revista de direito da cidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2143-2163, 2018.

GAFFNEY, C. Megaeventos e dinâmicas sócio-espaciais no rio de janeiro, 1919-2016. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 23-45, set./dez., 2016.

GRAMSCI, A. Selections from the Prison Notebooks. Nova York: International Publishers, 1971.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos.** 3. Ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

MASCARENHAS, G. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 10, p. 142-170, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. **Geusp – Espaço e Tempo (online)**, v.20, n.1, 2016. P.52-68.

MATOS, E. A. C. de. Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRGS. Tese de Doutorado, 2016.

MOLINA, F. S. **Megaeventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da "Paris dos trópicos" à "cidade olímpica"**, 2013. 213f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo.



MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre. Nº 37. Março 1999.

OLIVEIRA, F. L. de; et al. A reforma do estádio do maracanã para a realização da copa do mundo 2014: impactos sociais e urbanos. In: **XVI ENAPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências**, 2015, Belo Horizonte, p. 1-18.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Turismo, produção e consumo do espaço. In: VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs.). **Turismo, arquitetura e cidade**. Barueri: Manole, 2016. P.33-54.

PINHEIRO, D. A Cidade-Espetáculo e as Favelas Visibilidade e Invisibilidade Social da Juventude no Rio de Janeiro. **Contexto & Educação**. a. 26, n. 85, p. 91-115, jan./jun., 2011.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã.. In: **Biblio 3w**, Barcelona, v. 895, 2010.

PUGLISI, M. L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações**. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

RODRIGUES, A, M. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. **GeoTextos**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 13-25, 2013.

SANCHEZ, F; MASCARENHAS, G; BIENENSTEIN, G. **Mega-eventos deportivos en Río de Janeiro**: coaliciones políticas e inversiones simbólicas. **Biblio 3w** (Barcelona), v. XV, p. 1-6, 2010 Santos (2012).

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, J. R. dos., SOARES, P. R. R., FONTOURA, L. F. M. **Análise de conteúdo**: a pesquisa qualitativa no âmbito da geografia agrária. In: XXIV Encontro Estadual de Geografia. 24, 2004. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

SILVA, I. de O. G. e; SILVA; P. da L. Usos do conceito geográfico de “território” e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia. **Revista Pegada**, Franca, v. 17, n. 1, p. 47-66, 2016.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.



SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, P. B. Do Valor de Uso ao Valor de Troca: A Transformação de Espaços Públicos para fins de Consumo: O Caso do Complexo Esportivo do Maracanã. **Revista de Direito da Cidade**, v. 6, n. 1, p. 111-140, 2014.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. P.105-119.

VAINER, Carlos. Megaeventos, cidade de exceção e democracia direta do capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de (orgs.). Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. P.19-46.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

FERREIRA, Erick Alan Moreira. NUNES, Nathan da Silva. Estádio de atletismo Célio de Barros e Parque Aquático Júlio Delamare: processos de territorialização e desterritorialização no Complexo do Maracanã. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 19, n. 1, p. 137-162, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.65256>. Acesso em: DD MM. AAAA.